



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13688 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

CRITÉRIOS E DESAFIOS DO ATENDIMENTO POR CRECHES EM BELO HORIZONTE

Maria Beatriz de Oliveira Vasconcelos Silva - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

Livia Fraga Vieira - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

CRITÉRIOS E DESAFIOS DO ATENDIMENTO POR CRECHES EM BELO HORIZONTE

Resumo: O trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa doutoral em andamento que pretende investigar a função social da creche sob o ponto de vista de diferentes atores. Serão descritos e analisados, nesse recorte, os critérios adotados e as alterações implementadas ao longo do tempo pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para atender a demanda por creches. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas. Os resultados demonstram que as mudanças implementadas ocorreram em virtude da pressão social e pela necessidade de atender exigências legais. Além disso, ressaltam que as consequências das medidas recentemente adotadas pelo poder público precisam ser acompanhadas pela sociedade, tendo em vista que incluíram alterações na logística de cadastramento, diminuição do atendimento na rede própria e intensificação do sistema de conveniamento. Demonstram, também, a necessidade da realização de levantamento da demanda.

Palavras-chave: Educação Infantil, demanda por Creches, critérios de atendimento.

Este trabalho integra uma pesquisa doutoral em andamento, cujo objetivo principal é investigar a função social da creche, sob o ponto de vista dos atores envolvidos no cuidado e educação dos bebês e crianças bem pequenas. Esse trabalho constitui um recorte da pesquisa, no qual serão apresentados e discutidos os critérios implementados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) para atendimento à demanda por creches.

Algumas questões trouxeram inquietações e suscitaram a realização desse estudo, quais sejam: ao longo do tempo, como tem sido realizada a seleção das crianças e famílias que serão contempladas com vaga em uma instituição? Quais foram as principais transformações ocorridas nos processos de atendimento, tanto na rede própria quanto na rede parceira (conveniada)? Quais indícios a respeito da concepção de educação infantil, sobretudo para bebês e crianças bem pequenas, transparecem e sustentam as escolhas feitas pelo poder público?

Para responder a tais perguntas, os procedimentos metodológicos adotados incluíram pesquisa bibliográfica e documental, além de consulta à gestão responsável pela rede própria e à diretora de uma creche conveniada (Rede Parceira).

A creche é a etapa da Educação Básica cujo desenvolvimento é historicamente marcado por tensões, avanços e retrocessos (ROSEMBERG, 1999). Tal condição reverbera no panorama atual, tendo em vista a defasagem do atendimento, que pode ser ilustrada pela dificuldade que o poder público demonstra em fazer cumprir a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE). Esse cenário apresenta-se marcado por embates que colocam em cena interesses diversos e, por isso, consideramos que, apesar da relevância social e de já ser um direito legalmente reconhecido, ainda é necessário investigar sob quais concepções e parâmetros vem ocorrendo a organização do atendimento.

Em Belo Horizonte, dados bibliográficos e documentais revelam que o atendimento em creches na rede própria municipal teve início apenas em 2003. Até essa data, os bebês e crianças menores, com idade de zero a três anos, eram atendidas em creches filantrópicas ou comunitárias, muitas dessas em convênio com o município. (SILVA, BRAGA e VIEIRA, 2021). Alguns estudos sobre a oferta de educação infantil em Belo Horizonte (DIAS, 1995; VEIGA, 2005) informaram que a mesma era uma das poucas capitais do país que não possuíam creches públicas. Ademais, ressaltaram o protagonismo dos movimentos sociais, os quais participavam de um cenário no qual somente as creches comunitárias atendiam às crianças menores e à parcela mais empobrecida da população.

Acompanhando os avanços encontrados na legislação nacional e a pressão dos movimentos sociais locais, em 2003, foram criadas as Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) no contexto do Programa Primeira Escola. Tais instituições garantiram o início do atendimento público em creches, em uma estrutura arquitetônica que se tornou referência para o restante do país (SILVA, BRAGA e VIEIRA, 2021). Entretanto, os desafios para atendimento da demanda permaneceram e a PBH passou a adotar critérios sócio econômicos, baseados no Cadastro Único do Programa Bolsa Família, como forma de organizar as prioridades para a matrícula nas UMEIs. A partir daquele ano, as famílias realizavam o cadastro anual nas instituições e, caso não fossem contempladas conforme os critérios de vulnerabilidade, deveriam participar de sorteio. As crianças não atendidas tinham seus nomes alocados em extensas listas de espera, as quais eram ainda mais extensas para a faixa etária da creche (VILANOVA, 2010). Como cada família poderia realizar cadastro em

mais de uma instituição, essa forma de organização dificultava o cálculo da demanda por vagas.

Tal situação, aliada aos crescentes processos de judicialização por vagas em UMEIs para crianças menores de três anos e à necessidade de atendimento à meta 1 do PNE, fez com que, em 2017, fosse firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público de Minas Gerais e o município de Belo Horizonte. (MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, 2017). A partir de então, a PBH implementou medidas com o objetivo de ampliar o atendimento para a pré-escola, as quais necessitam ser acompanhadas pela sociedade, a fim de evitar retrocessos, tendo em vista que incluíram fechamento de berçários e a diminuição de turmas em tempo integral. (RODRIGUES e COELHO, 2021).

Outra alteração considerável implementada a partir de 2018 refere-se às mudanças no cadastro e à logística de distribuição de vagas. A partir do referido ano, as famílias passaram a realizar cadastro via internet, informando idade da criança e comprovante de endereço. Os dados são conferidos por uma equipe intersetorial e, a partir daí, são acionados os critérios de vulnerabilidade para estabelecer as prioridades de matrícula. Posteriormente, as famílias devem acessar o portal da PBH para verificar três possibilidades, quais sejam, se há encaminhamento para matrícula em unidade da rede própria ou creche parceira; se devem participar de sorteio ou, ainda, aguardar em lista de espera. Conforme dados constantes no site da PBH, todas as crianças de três a cinco anos passaram a ter vaga garantida em uma instituição da rede própria ou da rede parceira desde o ano de 2020, mas ainda existe lista de espera para a faixa etária de zero a dois anos. (BELO HORIZONTE, 2022)

Cumprido salientar que, atualmente, conforme informações repassadas pela Diretoria de Educação Infantil (DIRE), em um total de 145 instituições da rede própria, apenas 7 atendem bebês de até um ano. Tais alterações transparecem uma insistente maneira de imputar cisões entre creche e pré-escola, fazendo com que a maior parte dos bebês e crianças menores de dois anos sejam atendidas somente pelas instituições conveniadas.

Ademais, conforme relato apresentado pela diretora da creche parceira que atende bebês e crianças na faixa etária de zero a três anos, muitas famílias procuram a instituição ao longo do ano perguntando sobre a existência de vagas, demonstrando não terem acesso às informações a respeito da realização do cadastro único via internet. Maiores investigações devem ser realizadas, mas tal fato pode ser considerado um indicador de desconhecimento da real capacidade de atendimento às crianças e suas famílias.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a PBH, pressionada por movimentos sociais, pelas famílias e pelos dispositivos legais, conseguiu modificar os critérios de acesso e ampliar de forma considerável o atendimento à educação infantil. Entretanto, tais alterações ocorrem evidenciando contradições e demonstram a necessidade urgente de realizar diagnóstico atualizado de demanda por vagas em creches na cidade.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE, PORTARIA SMED N° 182/2022. Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a organização do Cadastro Escolar de 2023 Disponível: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/21068>

DIAS, Regina Celia. **O movimento de luta pró-creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Superintendência de Comunicação Integrada. **Clipping**. Ano XXII. 137. 2017. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFAA5E9E4DC9015E9EFAA6541780>. Acesso em: 17 set. 2022.

PORTAL PBH <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/informacoes/pedagogico/educacao-infantil>. Acesso em 01 abr. 2023

RODRIGUES, Isa T. F; COELHO, Rita. Educação Infantil: desafios do processo de construção de Políticas Públicas. **Tantas Folhas**. 2021. Disponível em: <https://tantasfolhas.com/desafios-do-processo-de-construcao-de-politicas-publicas-de-educacao-infantil/>. Acesso em 01 abr. 2023

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 107, p. 7-40, Julho 1999.

SILVA, Franceline; BRAGA Daniel Santos; VIEIRA, Livia Maria Fraga. Infraestrutura das creches e pré-escolas em Belo Horizonte: condições de oferta e distribuição territorial. **Educação (UFSM)** [Online], 46.1 (2021): e9/ 1-28. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/42721/html> Acesso em 01 abr. 2023

VEIGA, Márcia Moreira. **Creches e políticas sociais**. 2005. Disponível: https://books.google.com.br/books?id=TdbEQ0utzRIC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 01 abr. 2023.

VILANOVA, Laisa Kelly. **O programa Primeira Escola da Prefeitura de Belo Horizonte: uma análise dos critérios de acesso às Unidades Municipais de Educação Infantil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 2010.